

# FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

## MINUTA DE PORTARIA

\* MINUTA DE DOCUMENTO

PORTARIA FNDE Nº \_\_\_, DE \_\_\_ DEZEMBRO DE 2025

Institui a Política de Conformidade (*Compliance*) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

A PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, com base no art. 22 do Anexo I do Decreto nº 12.458, de 21 de maio de 2025, e considerando o Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017, a Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº. 1, de 10 de maio de 2016,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a política de conformidade (*compliance*) do FNDE.

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A gestão de conformidade é o processo que visa garantir que as atividades, executadas por servidores e demais colaboradores, sejam conduzidas de acordo com o ordenamento normativo, aplicável à Instituição.

Art. 3º A gestão de conformidade engloba a integridade pública, que é a conformidade específica para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, além da adesão a valores, princípios e normas de conduta, éticas e disciplinares, que visem o sustento e à priorização do interesse público.

### Seção I Das definições

Art. 4º Para efeitos desta portaria, são adotadas as seguintes definições:

I - ação de conformidade: medida definida para prevenção, identificação e correção de procedimentos que facilitem a ocorrência de falhas de *compliance*;

II - política de conformidade (*compliance*): regras organizacionais que definem as finalidades, os princípios e a estrutura de governança da gestão da conformidade no âmbito do Órgão;

III - ativo de informação: os meios, os locais, os equipamentos e os sistemas de armazenamento, transmissão e processamento de informação;

IV - colaborador: pessoa física que tenha vínculo funcional com o FNDE ou preste serviços mediante contrato ou outro tipo de acordo congênere;

V - incidente de segurança de dados pessoais: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação das propriedades de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da segurança de dados pessoais;

VI - instâncias de integridade: estruturas institucionais que possuem competências referentes à promoção da integridade;

VII - integridade pública: alinhamento e aderência a valores, princípios e normas, para defender e priorizar o interesse público;

VIII - plano de integridade: documento que operacionaliza o programa de integridade da Autarquia mediante a apresentação e consolidação de ações e medidas com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades;

IX - programa de integridade: medida administrativa que determina a formulação e a adoção de política de integridade, de planos de integridade e de ações relacionadas à sua continuidade;

X - riscos de conformidade: eventos potenciais relacionados ao não cumprimento de normas jurídicas e não jurídicas, aplicáveis à Instituição, englobando os riscos para a integridade, que representam ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção e a não adesão a valores, princípios e normas de conduta, éticas e disciplinares, que visem o sustento e a priorização do interesse público;

XI - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento; e

XII - unidades organizacionais: todas as unidades do FNDE.

## Seção II Dos objetivos

Art. 5º A política de conformidade (*compliance*) do FNDE tem os seguintes objetivos:

- I - assegurar que as atividades do Órgão sejam conduzidas em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável à Instituição;
- II - assegurar elevados padrões de conduta dos servidores e demais colaboradores;
- III - garantir a impessoalidade nos processos de tomada de decisão;
- IV - estabelecer abordagem estratégica para mitigar os riscos de conformidade;
- V - fortalecer a governança corporativa da Autarquia; e
- VI - estimular uma cultura de conformidade.

## Seção III Dos princípios

Art. 6º São princípios da política de conformidade (*compliance*) do FNDE:

- I - ética;
- II - probidade;
- III - interesse público;
- IV - conformidade;
- V - integridade;
- VI - impessoalidade;
- VII - profissionalismo; e
- VIII - proteção de dados pessoais.

## Seção IV Das diretrizes

Art. 7º São diretrizes da política de conformidade (*compliance*) do FNDE:

- I - estabelecimento de responsabilidades institucionais, garantindo o comprometimento e o apoio da Alta Administração, para planejar, coordenar, liderar e implantar ações de conformidade;
- II - incentivo à adoção e ao aprimoramento de controles internos;
- III - integração e padronização das ações de conformidade, em respeito às especificidades dos processos da cadeia de valor;
- IV - promoção da seleção, do desenvolvimento e da realização de avaliações da gestão de conformidade;
- V - realização do monitoramento contínuo das ações de conformidade;
- VI - autonomia da gestão de conformidade;
- VII - geração, utilização e transmissão de informações relevantes, com qualidade e de forma integrada, para assegurar a efetividade da gestão de conformidade;
- VIII - preservação da integridade pública e da boa reputação, ética e profissional;

- IX - impulso contínuo da gestão de conformidade, adequada estrutura organizacional e delegação de autoridade, eliminação de eventual conflito de interesses, estímulo ao desenvolvimento de pessoas e avaliação dos resultados da gestão de conformidade;
- X - fortalecimento das instâncias de integridade e a sua integração;
- XI - estímulo ao desenvolvimento de medidas que fomentem elevados padrões de conduta dos servidores e demais colaboradores;
- XII - apoio à atuação das lideranças na promoção da integridade;
- XIII - manutenção de canais abertos para comunicação, esclarecimentos e denúncias referentes à integridade;
- XIV - garantia de respostas adequadas às violações éticas e disciplinares; e
- XV - privacidade na concepção e privacidade por padrão.

## CAPÍTULO II COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 8º Cabe à Coordenação de Integridade e Análise de Conformidade - CICON, Unidade Setorial de Integridade - USI do FNDE, a responsabilidade pela gestão de conformidade, sem prejuízo dos deveres e obrigações de servidores e colaboradores, no âmbito de suas atribuições.

Art. 9º Compete à CICON:

- I - revisar a política de conformidade (*compliance*) do FNDE;
- II - avaliar periodicamente a execução da política de conformidade (*compliance*) do FNDE;
- III - acompanhar a disseminação da cultura de conformidade;
- IV - garantir que medidas corretivas sejam tomadas quando falhas de conformidade forem identificadas;
- V - zelar pela observância da política de conformidade (*compliance*) do FNDE;
- VI - integrar as informações de conformidade e assegurar o envio tempestivo dessas aos chefes das unidades organizacionais, conforme o caso;
- VII - apoiar as discussões técnicas que envolvam a gestão de conformidade;
- VIII - promover a adoção e a manutenção de boas práticas de conformidade;
- IX - estimular a disseminação da cultura de conformidade, inclusive, auxiliando na informação e na capacitação de servidores e dos prestadores de serviços terceirizados, em assuntos relativos à conformidade;
- X - assegurar a integração das atividades relativas à função de conformidade com a de controles internos da gestão, riscos e auditoria interna, por meio de comunicações estruturadas e tempestivas;
- XI - propor estratégias para a condução dos processos relacionados à gestão de conformidade e, no caso dos temas de integridade;
- XII - coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento do programa de integridade;
- XIII - revisar o programa de integridade;
- XIV - adotar estratégias de ampla divulgação do programa de integridade; e
- XV - coordenar a elaboração e revisar o plano de integridade.

Art. 10. Compete às unidades organizacionais do FNDE

- I - garantir a conformidade na execução de seus processos de trabalho, segundo os objetivos da Autarquia;
- II - reportar à CICON as informações de conformidade, de acordo com a periodicidade e os padrões de envio de informações definidos institucionalmente;
- III - planejar, executar e monitorar ações de conformidade;
- IV - manter em adequado funcionamento as atividades de sua responsabilidade que contribuam para a garantia da conformidade;
- V - comunicar eventuais falhas de conformidade tempestivamente à CICON;
- VI - promover a disseminação da cultura de conformidade no âmbito da unidade organizacional; e
- VII - designar Agente de Conformidade e Controles Internos - ACCI e altermo, servidores detentores de função comissionada, responsáveis por centralizar a comunicação com a CICON.

§ 1º Cabe ao chefe da unidade organizacional atestar as informações de conformidade.

§ 2º As unidades organizacionais devem disponibilizar acesso da CICON às informações necessárias ao fortalecimento da prevenção ou à detecção de falhas de conformidade.

§ 3º O exercício das competências do *caput* também deve ter por objeto as atividades de empresas contratadas pelo FNDE e relacionadas aos correspondentes contratos.

Art. 11. Compete às instâncias de integridade implantar as ações e medidas previstas no plano de integridade em sua área de competência.

### CAPÍTULO III

#### PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 12. O programa de integridade será operacionalizado a partir de um plano de integridade.

Art. 13. As atividades desempenhadas no âmbito do programa de integridade contarão com a participação de outras áreas do FNDE.

### CAPÍTULO IV

#### PLANO DE INTEGRIDADE

Art. 14. O plano de integridade poderá contemplar, entre outras, ações referentes aos seguintes temas:

I - padrões de ética e regras de conduta para servidores e demais colaboradores, inclusive concernentes a conflito de interesses e nepotismo;

II - comunicação e treinamento;

III - tratamento de denúncias;

IV - práticas de integridade no âmbito de processos de licitação e contratação;

V - medidas de responsabilização;

VI - transparência ativa e acesso à informação; e

VII - controles internos e cumprimento de recomendações de auditoria.

Art. 15. O plano de integridade será elaborado a partir do mapeamento de riscos para a integridade e do exame das ações de integridade existentes.

Parágrafo único. O plano de integridade contemplará ações e medidas com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades, com indicação dos respectivos prazos de implantação e a definição dos responsáveis.

### CAPÍTULO V

#### PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 16. As competências do encarregado de dados pessoais estão descritas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como na Resolução CD/ANPD nº 18, de 16 de julho de 2024.

Art.17. Compete a todas as unidades organizacionais:

I - manter atualizadas as informações que compõem o inventário de base de dados pessoais;

II - identificar, avaliar e promover o tratamento de riscos de conformidade organizacionais e de não conformidade, referentes à proteção de dados pessoais;

III - identificar, avaliar e promover a melhoria dos controles internos referentes à proteção de dados pessoais;

IV - adotar medidas, sempre que necessário, inclusive a avaliação da relevância de incidente de segurança de dados pessoais, nas comunicações à Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD e ao titular afetado, bem como nas comunicações recebidas da ANPD;

V - tomar providências para o tratamento de incidentes de segurança de dados pessoais em ativos de informação que sejam de sua responsabilidade; e

VI - implementar as diretivas de privacidade na concepção e de privacidade por padrão.

Parágrafo único. O incidente de segurança de dados pessoais pode acarretar risco ou dano relevante aos titulares, quando for avaliado ao menos no nível alto de relevância.

### CAPÍTULO VI

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As unidades que recebem e tratam denúncias de integridade por meio dos canais institucionais devem restringir, quando for o caso, o acesso a informações de identificação do denunciante de boa-fé, como medidas para mitigar riscos de assédio ou retaliação.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA ESTEVANATO COUTINHO VIGLIONI SALGADO**, **Coordenador(a) de Integridade e Análise de Conformidade**, em 12/11/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.fnde.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.fnde.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5056600** e o código CRC **B3A967FA**.

---